

Jovens, escola e violência:

alguns apontamentos sobre o processo de inclusão e exclusão simbólica de jovens

Leila Maria Ferreira Salles

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SILVA, JMAP., and SALLES, LMF., orgs. *Jovens, violência e escola: um desafio contemporâneo* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 182 p. ISBN 978-85-7983-109-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

3

JOVENS, ESCOLA E VIOLÊNCIA: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO SIMBÓLICA DE JOVENS

Leila Maria Ferreira Salles¹

No cotidiano das escolas, a violência manifesta-se contra o patrimônio escolar e está presente nas relações estabelecidas entre os alunos e entre eles, os professores e gestores. O objetivo deste capítulo é refletir a respeito de jovens, escola e violência. A análise é feita a partir de uma reflexão sobre o processo de atribuição de identidades e afirmações de diferenças, o que, por sua vez, está relacionado ao processo de exclusão/inclusão simbólica dos jovens.

Sobre as relações na sociedade atual: a primazia do individual

Na sociedade atual, o indivíduo torna-se o centro. A relação que estabelece com o mundo trava-se a partir do seu eu. Há uma primazia do individual frente ao coletivo, um descrédito em relação aos movimentos sociais e uma despreocupação pelo espaço público

1 Professora livre-docente da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp)/Rio Claro, com doutorado em Educação (Psicologia da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tem atuado na área de Educação, principalmente nos temas adolescente, jovem e violência. Coordenou pesquisa sobre essa temática e é autora de artigos e livros a esse respeito.

(Sennett, 1975; Giddens, 2002; Lasch, 1983, 1986). Os indivíduos voltam-se ao seu eu. O mundo exterior, como diz Lasch (1986, p.21-5), só interessa como fonte de gratificação ou frustração. Esse indivíduo é fruto da história, de modo que essa centralidade do indivíduo está presente nas diferentes esferas de sua vida cotidiana, privada, profissional etc. Para esse autor, a ideologia que domina os homens é da gratificação dos impulsos e da busca do prazer.

Para tanto, a ideia que está presente é que qualquer um pode ser o que quiser e ter sucesso sem esforço. Dessa forma, a vida resume-se na busca da saúde e do bem-estar por meio de exercícios, dietas, drogas e autoajuda. Na vida cotidiana, o importante é o presente, o imediato, e os objetivos são limitados e definidos. As relações interpessoais são pautadas pelo benefício próprio. Espera-se o prazer imediato e a gratificação imediata. No século XX, a ética valorizada é a do meu desejo (Machado, 2002). Ou, como diz Castro (1998, p.11), a alegoria atual é o presente, o gozo, a busca do novo e do imediato.

O homem, hoje, busca um sentido para sua vida, deseja aprovação e reconhecimento, desconfia da competição, exalta a cooperação, o trabalho em equipe e o respeito às regras e regulamentos desde que não se apliquem a ele. As pessoas vivem para o momento, para si e não para a posteridade. Há um horror à velhice e à morte. Há uma perda do sentido de continuidade histórica e pessoal, de geração passada que continua na geração futura. O consolo de continuarmos nos nossos filhos não serve mais; pelo contrário, os pais não devem viver por meio de seus filhos e devem adiar a paternidade. A sensação é que a geração mais velha não tem nada a ensinar para as mais novas. Isso transforma a família. A geração seguinte não é apreendida como continuidade, de forma que mais vale o direito pessoal e a autossatisfação (Lasch, 1983).

A sociedade de consumo enfatiza as escolhas de estilos de vida e de identidades e a satisfação imediata dos desejos. A publicidade indica estilos de vida, bens e conforto que devem ser desejados, como apartamentos, carros e determinadas formas de lazer. A ideia é que o sucesso está aberto a todos e depende apenas do esforço pes-

soal, ou seja, do mérito próprio. Todos os estilos de vida são válidos e não há o direito de impor seu próprio julgamento moral ou suas próprias preferências aos outros.

As pessoas, como diz Young (2002, p.28-30), vivem como se estivessem em um grande bazar, no qual a meta é a autorrealização, que muitas vezes se vincula a altas expectativas de sucesso material. A escolha é valorizada, e a tradição, desvalorizada, de forma que as pessoas não aceitam a autoridade da tradição e mesmo a da comunidade se forem contrárias a seus ideais. Na sociedade contemporânea não há mais identidade ou posição social predeterminada. Hoje, as escolhas são maiores e a vida está menos baseada no trabalho.

Segundo Giddens (2002), as possibilidades de escolha permitidas pelo consumo, flexibilidade do trabalho, questionamento de crenças e certezas estabelecidas e pelo nível aumentado de reflexão sobre si mesmo, somadas à comparação com uma pluralidade de mundos e crenças, levam, entretanto, a uma insegurança ontológica, já que nossa autoidentidade não está mais baseada em uma continuidade biográfica e que o sentido de normalidade se desorienta pelo relativismo dos valores.

A partir dos anos 1960, predominam as preocupações pessoais: o importante é o autocrescimento e a autoexpressão: entrar em contato com os próprios sentimentos, comer de forma saudável, encontrar a sabedoria do oriente, saber relacionar-se, falar de sentimentos e não de ações, e superar o medo do prazer. Há uma preocupação narcisista com o eu. A vida centra-se na busca da autossatisfação. As relações com os outros devem pautar-se pelo respeito à individualidade deles e pela ausência de crítica (Lasch, 1986, p.180-2).

As pessoas voltam-se ao próprio eu. A realidade é compreendida pelas imagens do eu e o outro é um espelho desse eu. A personalidade coletiva é construída por revelações mútuas e fundamentada nos vínculos emocionais estabelecidos entre as pessoas.

Tudo isso, segundo Sennett (2002, p.317-28), determina uma sociedade intimista, na qual personalidades narcisistas se desenvolvem. Para o eu narcisista, o que importa são as intenções, como o indivíduo se sente a respeito de alguma coisa, e não seus atos ou

ações, pois o narcisismo “é uma obsessão com aquilo que esta pessoa, este acontecimento significam para mim” (idem, p.21). Para Lasch (1986, p.24), a cultura, organizada em torno do consumo de massa, estimula o narcisismo, ou seja, a “disposição de ver o mundo como um espelho”.

As relações pessoais são instáveis e precárias. Na sociedade contemporânea, compete-se pela aprovação e concebe-se que o progresso depende da força de vontade, da autoconfiança, da iniciativa, do magnetismo pessoal, de administrar as relações interpessoais e de vender uma imagem. A autoaprovação depende do reconhecimento público. A ideia é ser invejado, e não respeitado. O indivíduo avalia-se frente aos outros e vê a si próprio pelos olhos dos outros; a autoimagem projetada é mais importante. Como diz Lasch (1983), a sociedade atual é a sociedade do espetáculo, dominada pela aparência. O modelo de relação é a relação entre iguais, entre pares, que não fazem exigências, que nada pedem, tudo compreendem e perdoam.

Nessa sociedade, em que as coisas se tornam descartáveis e as relações entre os indivíduos se pautam por serem igualitárias, em que, por princípio, nada é imposto e tudo é questionável, inclusive valores e normas sociais, as relações humanas tornam-se também descartáveis. Na sociedade de consumo, as coisas perdem sua continuidade. Ser consumidor indica a possibilidade de escolher. Os indivíduos são livres para escolher o modo de vida que lhes agrade. Entretanto, uma escolha não impede outra e se pode escolher tudo ao mesmo tempo, pois “liberdade de escolha significa deixar as opções em aberto”² (idem, 1986, p.29). A ideologia que registra as necessidades do século XX, exemplificada pelo casamento aberto e pelas relações sem compromisso, é a dos “compromissos não obrigatórios e das relações abertas onde qualquer expectativa, padrão ou código de conduta é visto como irrealista” (idem, p.184).

2 Ressalta-se, entretanto, que, embora essa seja uma questão social, a culpa pelo individualismo (por estar centrado em si mesmo) foi atribuída aos educadores, ao colapso dos padrões educacionais, aos pais permissivos, à decadência moral, à omissão ou ao declínio da autoridade e a lideranças políticas (Lasch, 1986).

O amor, como abnegação e lealdade, é visto como opressivo. As “identidades são adotadas e descartadas como se troca de roupa” (idem, p.29). As escolhas feitas são vistas e revistas: amigos, amantes, carreiras etc.

Os relacionamentos devem pautar-se pela proximidade afetiva e os sentimentos devem ser revelados. Cada vez que alguém conta algo pessoal, o outro também conta. A ideia é estar aberto ao outro. Como diz Sennett (2002), vivemos hoje sob uma tirania das relações e ser próximo e aberto é a expectativa. Cada um se torna mais rico emocionalmente quando aprende a confiar, a ser aberto aos outros, a partilhar os sentimentos. A intimidade significa calor, confiança e expressão aberta de sentimentos.

Assim, o indivíduo examina-se constantemente na busca de autenticidade. Nada é real se eu não puder sentir e os sentimentos têm de ser expressos, mesmo a custa do respeito à individualidade do outro. A angústia vem do sentimento de vazio, da incapacidade de sentir. Nessa busca de autenticidade, as pessoas questionam constantemente os próprios sentimentos para ver se o que sentem representa o real, isto é, se o que sentem é verdadeiro: é isso mesmo o que sinto? Ou, como diz Sennett (idem), a pergunta constantemente feita é: Será que aquilo que demonstro é realmente aquilo que sou?

A busca de autenticidade está associada à suposição de que os males da sociedade provêm da impessoalidade, da alienação e da frieza. A crença predominante é que a aproximação entre as pessoas é um bem moral. Tentamos libertar-nos da repressão vitoriana, sendo mais diretos, mais abertos e mais autênticos nas relações com os outros. Há uma busca da autorrealização na vida cotidiana e o impessoal, para interessar, deve tornar-se pessoal. O domínio público é abandonado quando percebido como desprovido de sentido pessoal. Na política, líderes carismáticos buscam destruir o distanciamento entre seus próprios sentimentos e os da plateia, de forma que as pessoas se concentrem em suas motivações. Com isso, os sentimentos não são mais refreados (idem, p.17-9). O pressuposto é que os relacionamentos sociais são reais e autênticos quanto

mais próximos estiverem das preocupações interiores. As pessoas não se imaginam mais representando frente aos outros porque sua aparência deve representar aquilo que ela é, diferentemente do postulado por Goffman (2004) sobre a representação do eu na vida cotidiana.

O ideal é que as barreiras nas comunicações entre as pessoas sejam rompidas, embora, como afirma Lasch (1983), a sociedade intimista não consiga manter esse ideal e acabe promovendo o colapso da intimidade, como pode ser verificado pelos casamentos abertos.

Todas essas transformações constroem, segundo Lasch (1986, p.42-7), um tipo de indivíduo qualificado ora como cooperativo e esclarecido e ora como egoísta, hedonista e competitivo. De um lado, o declínio do homem econômico e a ascensão do homem psicológico pressagiam um bom futuro, mas de outro, as pessoas só pensam em ter privilégios, em ter seus direitos assegurados, mas sem assumir obrigações. Vasconcelos (2002), baseada em Lasch, afirma que a sociedade de consumo reforça o individualismo e a competição, contribuindo para desenvolver e construir personalidades narcisistas, indiferentes à vida pública e voltadas ao hedonismo privado. Estar focado em si mesmo contribui para que as pessoas se tornem insensíveis ao outro e sem sentimentos de culpa. Os projetos de vida se centram na agressividade, na competição, na negação de sentimentos de solidariedade e de respeito ao outro, pois lhes são indiferentes.

Isso tudo configura um tipo de relação entre as pessoas que é próprio da sociedade atual. Em uma sociedade na qual tudo é possível, na qual os estilos de vida podem ser mudados e as regras constantemente substituídas e renegociadas, o suposto é que a tolerância ao outro deve nortear as relações entre as pessoas. O esperado é que o pluralismo de códigos de conduta, de estilos de vida e padrões morais caracterizem a vida em sociedade, pois embora o indivíduo continue se submetendo às regras, não há um único modelo de conduta válido e aceito por todos. Assim, os padrões que orientam a conduta são muitas vezes divergentes e incompatíveis entre si. A tolerância ao diferente é, então, apregoada.

A busca da igualdade e a demarcação da diferença

Ao se ter como parâmetro a intimidade e a possibilidade de relações compartilhadas entre as pessoas, a vida em comunidade tende a ser vista como um ideal. Para sair da impessoalidade, para poder revelar-se e as coisas adquirirem significado, as pessoas voltam-se a seu próximo.

Na comunidade de próximos, as pessoas juntam-se e isolam-se do mundo externo. Mesmo que nas comunidades os indivíduos se conheçam e se vigiem pelas revelações mútuas e pelas expectativas em comum, o mundo exterior a elas (embora favoreça o desregramento, pois fora da comunidade ninguém conhece ninguém) é percebido como menos autêntico. A necessidade de revelar-se para sair da impessoalidade restringe as relações entre as pessoas. As pessoas que pertencem a uma mesma comunidade tendem a matricular os filhos na mesma escola, frequentar os mesmos lugares e ter interesses semelhantes.

O compartilhar implica que as relações interpessoais sejam cada vez mais exclusivas. E, como diz Sennett (2002), quanto mais íntimas são as relações, maior é o processo de exclusão dos intrusos. Assim, as comunidades favorecem as restrições nas relações entre as pessoas ao direcionar os sentimentos de fraternidade e empatia a um grupo selecionado de indivíduos (os que pertencem à comunidade) e facilitar a rejeição daqueles que estão fora do círculo. A tendência é expurgar aqueles que não pertencem à comunidade de próximos, excluindo das relações os que são diferentes, seja por pertencerem a uma classe social distinta ou por terem ideais políticos, estilo e interesses divergentes. Há uma disposição de promover uma defesa do local e do grupo contra o externo, pois o sentimento de comunidade reforça o medo do desconhecido.³

3 Exemplo da comunidade contra a sociedade é Forest Hills, em Nova Iorque. Nesse bairro de classe média judia, a prefeitura elaborou um projeto de moradia de famílias negras pobres. Porém, a comunidade judia uniu-se contra o projeto. Essa união definiu-os coletivamente de tal forma que os que não compartilhavam de suas concepções eram considerados suspeitos (Sennett, 2002).

O medo de frequentar certos lugares, passar por certas ruas, aproximar-se de alguns grupos de jovens ou de pessoas estranhas é muitas vezes afirmado e reafirmado pelos alunos que entrevistamos considerados pelos educadores como não protagonistas de situações de violência. Eles tentam evitar determinados locais e situações. Também os jovens protagonistas de situações de violência contam que na cidade há espaços em que sua entrada não é permitida, como o *shopping*. Eles relatam terem sido várias vezes expulsos do local pela segurança (Salles et al., 2007).

Para que as fronteiras entre os grupos sejam demarcadas, o que um grupo tem em comum é colocado em contraste com o que o outro tem. Nesse processo, as diferenças, as idiossincrasias, as particularidades individuais e as similaridades com os outros vão sendo assinaladas.

O compartilhar de sentimentos, intenções etc. é favorecido quando se está entre semelhantes. Isso acaba por fortalecer a ideia da comunidade enquanto refúgio, mesmo que para isso ela deva ser purificada (Sennett, 2001).

Os depoimentos de jovens que participaram de nossas pesquisas apontam para um processo semelhante. Os jovens contam que, uma vez, espancaram uma pessoa estranha ao bairro por considerarem que ela estava com “graça com umas menininhas”. Isso parece indicar que, mesmo tendo vivenciado e testemunhado várias violências nas relações de vizinhança, a comunidade de vizinhos ocasionalmente pode aliar-se para defender seus membros de “estranhos”. Reforçando essas colocações, os jovens dizem que “não pode roubar vizinhos, apenas bairro ricos”. Talvez o fato de se perceberem pertencendo a uma comunidade diferente daquela à qual pertencem os indivíduos de classes sociais mais ricas é que os tenha levado a fazer colocações como essa (Salles et al., 2007). A comunidade acaba, então, por reprimir a diferença pela tentativa de purificação e desvaloriza os de fora. Como diz Sennett (2002, p.359), para superar a impessoalidade, “celebra-se o gueto”.⁴

4 Assim, para Sennett, destruir uma cidade feita de guetos é uma necessidade política e psicológica, pois, caso contrário, permanece-se preso na sociedade intimista e na partilha de sentimentos.

Na sociedade, em geral, essas restrições nas relações levam ao fortalecimento de um sentimento de bairrismo que, por sua vez, contribui para diminuir o número de pessoas com quem se julga possível compartilhar (ibidem). Assim, a comunidade, como se exemplifica nos condomínios, isola-se da sociedade. Ao se isolarem na comunidade de próximos, as pessoas abandonam a “crença na solidariedade de classe dos tempos modernos em favor de novos tipos de imagem coletivas, baseadas na etnicidade, ou no *quartier* ou na região, o que é um sinal desse estreitamento do laço fraterno” (idem, p.325). Os outros, os diferentes, os que não são próximos e que nos são indiferentes, estão sujeitos a um processo de exclusão.⁵

5 Os autores que discutem a questão da exclusão têm, entretanto, apontado que o uso do termo exclusão é complicado, porque contém certa imprecisão conceitual. Exclusão social é um termo empregado para abordar uma série de temas e de problemas que nem sempre estão claramente diferenciados. Em geral, é um conceito que se emprega quando se fala de desemprego, de jovens de periferia, de sem-teto e de outros grupos sociais considerados problemáticos. Para Castel (2004), o termo exclusão implica uma heterogeneidade de usos e nomeia situações diferentes. É empregado, por exemplo, para designar situações que englobam de desempregados a jovens de subúrbio que vivem no vagabundeio, isto é, vagando sem fazer nada e sem ir a qualquer lugar, ou seja, jovens que nunca tiveram emprego regular e estão mais próximos da delinquência e das drogas do que do desemprego. Para Castel (idem), a exclusão designa situações de degradação com respeito a uma posição anterior, isto é, uma situação de vulnerabilidade, caracterizada pelo trabalho precário, pelo isolamento social e pela dependência de uma rede de solidariedade. Para o autor, a exclusão é um processo central da sociedade sendo hoje impossível traçar fronteiras claras entre os indivíduos que estão integrados na sociedade, e os que estão sujeitos à precarização das relações de trabalho e os vulneráveis. A precariedade do trabalho assalariado favorece a existência de um *continuum* entre os que são *in* e os que são *out*, porém os *in* produzem os *out*. Zaluar (1997) também aponta que é necessário diferenciar os tipos de exclusão. A exclusão do jovem drogado não é a mesma do desempregado. As trajetórias e as situações vividas por meninos de rua, jovens usuários de drogas, favelados, trabalhadores desempregados ou biscateiros, homossexuais, umbandistas, negros e mestiços são muito diferentes entre si, o que exige políticas públicas diferentes para reintegrá-los. Mas no conceito de exclusão está implícita uma lógica classificatória ou binária, do sim e do não, que assinala diferenças. Essas diferenças contribuem para a construção de identidades que ficam nas fronteiras entre grupos que se tocam ou se enfrentam e que são representados simbolicamente como diferenciados,

A exclusão, conforme Young (2002), é feita tendo como base os riscos, ou seja, uma atitude atuarial de cálculo e avaliação. O atuarialismo, forma de controle social da modernidade recente, significa agir em função da minimização de danos, por exemplo, dar droga para viciados e supervisionar seu uso para que eles não fiquem pelas calçadas. A ideia é evitar problemas. Segundo Young (idem, p.106), o atuarialismo é o que Baumann chamou de adiaforização: “despojar os relacionamentos humanos de seu significado moral, isentando-os de julgamento moral, tornando-os moralmente irrelevantes”, e que Giddens (2002), ao discutir a sociedade de riscos, qualificou como atitude calculista, o que significa viver em uma atitude de cálculo em relação a possibilidades de ação positivas e negativas, com as quais somos continuamente confrontados. A vida cotidiana é feita de encontros baseados no risco. As dificuldades devem ser evitadas e as diferenças, aceitas, desde que mantidas a distância.

Young (2002), retomando, então, Giddens e Baumann, afirma que viver com estranhos implica em seis componentes do risco: 1 – um aumento real do risco que é decorrente do aumento da criminalidade, da incivilidade e da desordem no interior de cada bairro e grupo social; 2 – o mundo é um lugar arriscado: há violência nas famílias, os colarinhos brancos cometem crimes; 3 – o aumento dos riscos e o mundo sendo um lugar arriscado trazem implicações na tolerância e provocam demanda por lei e ordem; 4 – os mesmos fatores provocam, também, uma reserva, uma atitude de cautela e precaução frente aos outros; 5 – o próprio risco é incerto: Aids, vaca

seja pela religião, etnia, raça, localidades ou nação. Assim, para Zaluar (idem), a exclusão, enquanto conceito explicativo, é limitada, já que nas comunidades estão presentes não apenas a lógica classificatória da diferenciação, mas uma complexidade de relações entre incluídos e excluídos e entre a comunidade de incluídos e outros grupos sociais.

Porém, independente da dificuldade da definição e mesmo que os critérios de exclusão tenham maior ou menor flexibilidade e fronteiras mais ou menos rígidas, os grupos sociais excluem-se uns aos outros. Os grupos sociais mais empobrecidos da população em função da degradação das relações de trabalho e das proteções sociais estão particularmente sujeitos aos processos de exclusão. E é nesse sentido que o termo é empregado neste capítulo.

louca, aquecimento global; 6 – isso resulta, finalmente, em medo e provoca uma atitude atuarial e *epoché* multicultural, aguçando o sentido de diferença, indiferença, reserva e cautela frente ao outro.

Tudo isso – a importância da diferença e da sociedade plural, a possibilidade de ser quem se quiser ser, concomitante à não convivência com a diferença que pode levar a um processo de exclusão – acaba por reforçar a tendência a que os relacionamentos entre as pessoas sejam cada vez mais restritos e se fortaleçam cada vez mais, e que as relações interpessoais se restrinjam às comunidades de próximos e entre os iguais. Tal situação, parece-nos, está presente também nas relações estabelecidas entre professores, gestores escolares, alunos e suas famílias, notadamente na escola em que temos trabalhado, que se localiza na periferia e atende alunos de lá.

Na sociedade atual, o compartilhar, aceitar ou mesmo tolerar o diferente tem limites restritos. Na demarcação das diferenças, nega-se que possa haver similaridades entre indivíduos e grupos diferentes. Nesse sentido, os depoimentos dos jovens que investigamos apontam que há uma violência na relação entre pares que surge pela intolerância ao diferente, que discrimina negros, homossexuais, roqueiros etc. (Salles et al., 2007).

Assim se fazem presentes os preconceitos e a intolerância frente ao outro, ao diferente. Os jovens constroem estereótipos uns sobre os outros, discriminam-se entre si e julgam-se de forma preconceituosa. Nas escolas, adolescentes e jovens interagem com outros que são diferentes deles ou de seu grupo de referência em função, por exemplo, da cor, da sexualidade, do corpo, da classe socioeconômica. No espaço escolar essa interação com o diferente dá-se por meio de relações interpessoais pautadas por conflitos, confrontos e violência.

Ao se contraporem a outro há, muitas vezes, uma defesa sem críticas daquilo que é considerado certo e que, portanto deve ser imposto como uma norma à qual não se permitem questionamentos ou respostas com condutas diferentes (*idem*).

Essas atitudes dos alunos opõem-se ao postulado de que a modernidade, ao preconizar a pluralidade de valores e promover um debate constante sobre as regras que mudam conforme os grupos

sociais, gera certa dificuldade para a definição de padrões. A existência de vários mundos, com várias regras, é constatada, mas não se permite a avaliação moral deles, pois uma avaliação desse tipo implicaria afirmar a superioridade de um mundo sobre outro ou de um padrão moral sobre outro. Entretanto, mesmo que essas afirmações sejam correntes, nem todos os estilos de vida, valores e diferenças são permitidos e acolhidos e essa aceitação está relacionada aos grupos de pertencimento ou às comunidades que se integram, como pode ser constatado no comportamento dos alunos.

A relação entre os indivíduos na sociedade atual parece, então, estar pautada em uma relação tensa que demarca igualdades e diferenças, processos de exclusão e inclusão, aceitação e segregação, nos quais ora os relacionamentos entre as pessoas são pautados pela proximidade e pela aceitação e ora pelas restrições e intolerância. É nesse contexto que o processo de essencialização de identidades contribui para a exclusão simbólica.

A afirmação da diferença e a exclusão simbólica

A princípio, na modernidade, as identidades flutuam no ar. Identidade não implica mais continuidade. Stuart Hall (2002), ao discutir sobre a identidade social dos indivíduos, afirma que a sociedade atual rompe com as concepções anteriores de tal forma que o sujeito pós-moderno não é mais concebido como tendo uma identidade estável. Pelo contrário, o pressuposto é que o sujeito se compõe de várias identidades. A concepção de identidade da modernidade tardia ou do mundo globalizado postula que as identidades, hoje, estão sendo descentradas, deslocadas e fragmentadas (idem; Giddens, 2002; Baumann, 2005).⁶

6 Segundo Hall (2002), embora não haja um consenso entre os autores, é a partir do final do século XX que se fragmenta a ideia de classe, gênero e raça que localizava os indivíduos sociais e amparava o conceito que tínhamos a nosso próprio respeito como sujeitos integrados.

Identidade não implica mais em continuidade, pois a continuidade está vinculada à ideia de um mundo público durável, sólido, que sobrevive à vida individual. O sujeito da modernidade não tem uma identidade fixa, essencial ou permanente e nem unificada em um eu coerente, embora nos sintamos assim porque construímos uma história coerente a nosso próprio respeito e, nesse sentido, como afirma Giddens, refletimos constantemente sobre nós mesmos. Para Giddens (2002, p.12), “o projeto reflexivo do eu [...] consiste em manter narrativas biográficas coerentes, embora continuamente revisadas”.

A identidade não é fixa, não é permanente e a mesmice não é mais concebível. No mundo líquido da pós-modernidade, como diz Baumann (2005, p.19), “as identidades flutuam no ar”. Para o autor, “as identidades ao estilo antigo, rígidas e inegociáveis, simplesmente não funcionam (idem, p.13). Na sociedade contemporânea, as pessoas perderam sua solidez e adquiriram uma identidade incerta. As diferenças que demarcam identidades – quem sou eu – não são fixas ou permanentes, são fluidas, ou seja, líquidas, como diz ainda Baumann. A identidade volátil é própria da época contemporânea.

O sujeito da modernidade não tem uma identidade fixa, essencial ou permanente e nem unificada em um eu coerente, mas certas identidades tendem a ser essencializadas. As escolhas de identidade não são possíveis a todos os indivíduos. Conforme Baumann (idem), para alguns as identidades são atribuídas, não escolhidas e adquirem um caráter permanente:

Num dos polos da hierarquia global emergente estão aqueles que constituem e desarticulam as suas identidades mais ou menos à própria vontade, escolhendo-as no leque de ofertas extraordinariamente amplo de abrangência planetária. No outro polo se abarrotam aqueles que tiveram negado o acesso à escolha da identidade, que não têm direito de manifestar as suas preferências e que no final se veem oprimidos por identidades aplicadas e impostas por outros – identidades que eles próprios se ressentem, mas não

têm permissão de abandonar e nem das quais conseguem se livrar. Identidades que estereotipam, humilham, desumanizam e estigmatizam. (idem, p.44)

A inconstância, o caráter volátil que caracteriza a identidade hoje não é possível para todos. Giddens (2002), ao discutir as limitações da escolha dos estilos de vida pelos diferentes grupos ou classes sociais, diz que, em grande parte, os pobres seriam quase completamente excluídos da possibilidade de escolher estilos de vida. Ao se essencializar o outro, ele é reduzido a estereótipos, o que possibilita uma desqualificação do grupo e a legitimação dos privilégios de outro grupo social.

Na demarcação das diferenças, nega-se que possa haver similaridades entre indivíduos e grupos diferentes e, nesse processo de estabelecimento de diferenças, as identidades são hierarquizadas. Ao se hierarquizar as diferenças, as relações de poder entre os indivíduos são estabelecidas.

A diferença permite imputar ao outro um atributo que o desfavorece e, assim, relaciona-se ao poder de incluir/excluir, de pertencer/não pertencer, de demarcar fronteiras – nós/eles –, de classificar em bons/maus, racional/irracional, de normalizar – normal/anormal. Os indivíduos são medidos, comparados, relacionados e classificados. Ao classificar e hierarquizar as diferenças, atribuem-se diferentes valores aos grupos sociais. Dividir o mundo social entre nós e eles é classificar e ordenar grupos sociais (Hall, 2002; Silva, 2000). Para Hall, normalizar é hierarquizar, é eleger uma identidade como parâmetro, é atribuir a ela tudo de positivo e avaliar o resto como negativo. A identidade considerada normal fica, inclusive, invisível.

O enquadramento das pessoas em categorias permite prever a identidade social de cada uma delas. Ou, como diz Goffman (1988), atribuímos às pessoas uma identidade social virtual e, a partir do caráter que imputamos a elas, fazemos exigências sobre aquilo que o indivíduo deve ser. Quando os indivíduos são reduzidos aos estereótipos, a sociedade constrói teorias ou ideologias para explicar

essa diferença e justificar a discriminação. Fixa-se uma imagem social do outro, o diferente, que, ao ressaltar a diferença, o transforma em problema social que assusta e incomoda (Salles & Silva, 2008).

Os jovens que cometem atos violentos ou uma infração ou que já estiveram em situação de liberdade assistida são, conforme apontaram nossos estudos, qualificados como violentos. Tal qualificação adere-se a eles como uma tatuagem e eles começam a ser vistos a partir dessa ótica e toda a sua trajetória de vida é reinterpretada a partir do ato de violência cometido, como exemplificado no relato do jovem entrevistado por nós. Esse jovem encontrava-se em liberdade assistida: por melhor que procurasse relacionar-se com as pessoas de fora de seu círculo íntimo, era visto unicamente como delinquente. A identidade a ele atribuída de jovem delinquente o definia e demarcava todas as relações que estabelecia com os outros. Da mesma forma, as expectativas que os outros construía sobre sua vida futura acabavam por ser delimitadas por essa condição (Salles et al., 2007). Há aqui um processo de atribuição de identidade. Nesse caso, é a atribuição de uma identidade estigmatizada. Mas esse processo não é apenas externo, exterior a ele, pois essa identidade atribuída é assumida por ele.

A diferença social pode gerar intolerância, preconceito, discriminação. Temos aí uma violência que surge pela intolerância ao diferente, que discrimina pobres, negros, homossexuais, maus alunos, rejeita gordos e feios. A diferença é o modo como, por comparação, se explicita uma não igualdade, enquanto o preconceito é o resultado de um juízo ou de uma concepção não problematizada, quando o diferente é transformado no desigual e no inferior. O estudo de Sarti (2007), ao evidenciar que os ricos se referem aos pobres dizendo que são ignorantes, não trabalham, não têm moral, constitui-se em um exemplo desse tipo. Os pobres, por sua vez, para afirmarem sua identidade coletiva, tendem a desqualificá-los e a zombar dos ricos que não trabalham ou a afirmar que ser escolarizado, ter leitura, não significa conhecer a vida. Gouvêa (1993), ao investigar o processo de socialização da criança de favela, no interior do espaço familiar e dos grupos de pares, afirma que as crianças

e jovens favelados têm uma autoimagem desvalorizada, embora se definam como autônomos e espertos, pois “sabem se virar” e veem os da classe média como infantilizados.

No mesmo sentido, afirmado por Gouvêa, os alunos indicados pelos educadores como protagonistas de violência contam que, às vezes, percebem a tentativa dos jovens de classe social mais alta de agredi-los, ironizando ou fazendo gracinhas, mas logo reagem, pois se julgam mais aptos para enfrentar situações de violência e para não se deixar submeter na relação com eles (Salles et al., 2007).

Em geral, tomamos aquilo que somos como a norma e, por meio dela, descrevemos, avaliamos e discriminamos os outros. A discriminação leva à intolerância frente ao diferente. O outro é o diferente. Ao eu só importa o que o eu valoriza. O outro pode ser segregado, excluído ou desrespeitado. A semelhança é valorizada e a diferença desvalorizada (Salles & Silva, 2008). Para Foucault (1982; 2000), o Estado moderno instituiu a sociedade disciplinar, de pastoreio de cada indivíduo, possibilitando, desse modo, individualizar, comparar, qualificar e avaliar suas ações.

Lembramos aqui que a diferença não é em si um problema. A diferença permite-nos legitimar o que somos e é valorizada na sociedade contemporânea. No processo de construção das identidades sempre há referência a “outro”, ou seja, eu não sou o que o outro é. As pessoas constroem suas identidades a partir dessas diferenças. Entretanto, como afirma Guareschi (2003), há uma desestabilização contínua dos marcadores identitários pela produção contínua da diferença. As identidades, segundo a autora, são construídas a partir da apropriação de determinados discursos, mas travam lutas pela imposição de outros sentidos. Os movimentos de migração e cruzamento de fronteiras estão, dessa forma, constantemente desestabilizando as identidades. O problema é a discriminação e “essencialização” do outro fundamentadas nas diferenças.

As identidades dos excluídos são essencializadas como parte do processo de estigmatização (Young, 2002, p.154-76). Baumann (2005a) afirma que o essencialismo cultural contribui para a crença na superioridade de uns e na demonização do outro, percebido

então como depravado, estúpido e criminoso. O essencialismo facilita a exclusão social ao fornecer alvos e estereótipos, reafirmar a identidade de grupo e possibilitar a desumanização dos excluídos por meio de colocações como esta: “são selvagens, só entendem pela violência”.

Aos jovens de periferia, como verificamos pelos depoimentos dos alunos, é atribuída uma identidade que adere a eles e da qual não conseguem escapar. E essa identidade atribuída acaba por delinear as atitudes frente a ele e balizar as expectativas que construímos a seu respeito. Esperamos que todas suas ações se acomodem às concepções que formulamos, e mesmo quando se desviam delas, são reinterpretadas para caberem na ótica que criamos.

Nesse processo, as identidades grupais vão sendo estabelecidas e o processo de estigmatização deixa de estar restrito a um indivíduo, mas se vincula e contagia todos os membros do grupo. Isto é, os estereótipos extrapolam o indivíduo e caracterizam grupos sociais, como o familiar.

Assim, a família dos jovens de periferia é, muitas vezes, reduzida a estereótipos: são desestruturadas, o pai e a mãe são alcoólatras, a mãe tem filhos com diferentes homens, os filhos são drogados. Reforçando essas colocações, as causas para um comportamento violento são, muitas vezes, imputadas ao declínio da família, com as mulheres tendo filhos fora do casamento, e à incapacidade delas de socializarem a criança por não imporem limites. Na família aprende-se disciplina, respeito e a reprimir os impulsos, mas não nessas famílias em que os filhos não aprendem a respeitar os pais, os professores, a polícia, o governo. Também, nessas famílias, são poucos os jovens que cresceram com pais e mães que, em sua maioria, são alcoólatras ou drogados (Salles et al., 2009). Em geral, há um significado negativo e pejorativo que associa morar na periferia, nos bairros pobres, onde falta infraestrutura, a não ter educação ou boa aparência, falar incorretamente e ser potencialmente criminoso.

A diferença essencializada permite culpar o outro e responsabilizar um grupo pelos problemas sociais. Segundo Young (2002), a perda da tradição, as separações, os rearranjos familiares frequentes

e a insegurança do trabalho, somados à incerteza, à multiplicidade de escolha, ao ceticismo e à ansiedade, contribuem para que se projete no outro, seja ele um indivíduo ou uma subcultura, aquilo que é percebido como um mal. E esses significados atribuídos ao outro, como dizem Berger & Luckman (2002), transformam-se em realidade objetiva.

Embora a organização da vida mude na modernidade, os comportamentos, as violências, as incivildades e a criminalidade são vistos como dissociados dessas mudanças e relacionados à educação das crianças, ao uso de drogas e ao colapso dos valores morais.

O essencialismo contribui ainda para o processo de responsabilização da vítima, pois a culpa é dela, enquanto indivíduo, e não decorrente da estrutura e dos valores da sociedade. Também contribui para que certos grupos sejam tratados com condescendência, isto é, de forma paternal, porque são inferiores, infantis ou simplórios.

Mas da mesma forma que identidades são atribuídas elas são assumidas. A exclusão social, segundo Young (2002, p.174-5), contribui para que o desviante adote a essência a ele imputada. Os jovens de classe baixa, inclusive como forma de enfrentamento, tendem a essencializar sua identidade para se mostrarem diferentes. Assim, por exemplo, estudantes operários assumem uma atitude machista, racista e anti-intelectual, como mostrou Paul Willis (1988). Young (2002) também exemplifica tal situação ao afirmar que trabalhadores desqualificados, que vivem no limite do desemprego estrutural e não são casáveis, isto é, bons partidos, se voltam à cultura do machismo, de gangues ou corroboram sua exclusão, revoltando-se contra a escola. Há assim um constante movimento. Identidades essencializadas são assumidas e projetadas.

Esse processo, entretanto, não fica restrito aos outros, os de fora, pois os próprios moradores da periferia fazem discriminações entre si, estabelecendo diferenciações entre eles. Nesse sentido, Zaluar (1997) afirma que as famílias estão divididas e afastadas pelo pertencimento dos seus membros a diferentes comandos (o Vermelho, o Terceiro); por posições diferentes: polícia x bandido; pela con-

versão de alguns membros às igrejas pentecostais que proíbem o contato com as outras religiões.⁷

As entrevistas com pais de alunos que temos realizado têm apontado nessa direção. Os pais de alunos considerados bons, muitas vezes, atribuem a culpa dos problemas do bairro e da própria escola aos pais dos alunos protagonistas de violência. Muitas vezes, o filho da vizinha é acusado de ser bandido. Distinção que também é feita pelos educadores. Alguns pais e mães de alunos são qualificados como bons pais e são chamados a participar da escola, enquanto os demais são criticados como irresponsáveis.

O grupo de essencializados na exclusão não é, então, homogêneo. Os excluídos criam divisões entre si e se excluem. Para Young (2002, p.83), as subclasses de hoje não são mais necessárias e, assim, acabam voltando-se umas contra as outras. Zaluar (1997) também aponta que as relações entre os excluídos é marcada por conflitos e tensões já que eles não se constituem em um grupo único. Nas relações de vizinhança, como diz, as teias da sociabilidade, no espaço privado e no espaço público, desmantelaram-se. Desconhecem-se as regras da sociabilidade, do respeito mútuo, da aceitação do outro. Qualquer diferença (como local de moradia, turma, tribos urbanas que redefinem suas identidades sociais em termos territoriais) justifica a possibilidade de alguém ser morto e a violência entre os jovens em uma óbvia imitação das gangues que existem nos Estados Unidos desde o começo do século, como diz a autora.

Nesse processo que justifica aceitações, segregações, define expectativas sobre os outros, as diferenças tendem a ser percebidas como fixas, atemporais e imutáveis e se desconsidera, como afirma Baumann (1998, p.252), que os indivíduos peregrinam pelas diferentes subculturas, assimilando ideias e comportamentos de todas elas. As culturas mudam, são híbridas, como diz Hall (2002).

7 Exemplos dados pela autora: o tio traficante gostaria de expulsar da favela o sobrinho do outro comando ou da polícia ou ainda do exército; a avó negra e mãe de santo não pode frequentar a casa dos seus filhos e netos pentecostais, o *funk* não junta gerações no mesmo espaço (Zaluar, 1997).

Nenhum grupo, como afirma Young (2002, p.134), fica isolado, repetindo sua cultura.⁸

Por fim, cabe assinalar que o processo de exclusão não se dá apenas em nível simbólico. Como diz Young (2002), a sociedade atual é excludente e promove essa exclusão em três níveis: econômico, social e legal. A crise dos anos 1980 e 1990 promove uma exclusão econômica ao gerar desemprego, recessão e marginalização em massa. Não há postos e salários estáveis, a mão de obra é terceirizada e o trabalho não define mais as trajetórias de vida. A exclusão social e legal ocorre quando um grupo de pessoas da sociedade civil tem, enquanto cidadãos, seus direitos sociais e legais negados.

A modernidade, ao romper com o estado de bem-estar social, promove a exclusão social, a ruptura de laços sociais e o deslocamento das populações vulneráveis para a periferia. Certas pessoas não conseguem ser incluídas e ter seus direitos assegurados. Mais do que isso, essas pessoas são percebidas como perigosas e se recomenda que sejam mantidas a distância (Wacquant, 2001, 2007; Tavares dos Santos, 2004; Pegoraro, 1999, 2002; Young, 2002, 2008).

Conclusão

Em uma sociedade em que tudo é possível, em que os estilos de vida podem ser mudados, e as regras, constantemente substituídas e renegociadas, o suposto é que a tolerância ao outro deve nortear as

8 Contudo, o abandono do essencialismo, como diz Young (2002), tem implicações no pressuposto do multiculturalismo que propõe essências fixas, resultantes do passado histórico. A discussão da diferença e da pluralidade cultural faz com que o multiculturalismo seja colocado em pauta. O multiculturalismo postula que diferentes culturas adotam diferentes valores e que nenhuma cultura é superior a outra. Porém, ao se essencializarem as escolhas, elas ficam impedidas de ser revistas, o que reforça a distância entre os grupos, embora disfarçada em respeito e tolerância. Também segundo Young (2002), o relativismo do multiculturalismo, ao tratar todas as diferenças e culturas como merecedoras de reconhecimento, acaba por valorizar diferenças que, na verdade, deveriam ser eliminadas, como os *skinheads*.

relações entre as pessoas. O esperado é que o pluralismo de códigos de conduta, de estilos de vida e padrões morais caracterize a vida em sociedade. Porém, na sociedade atual, o compartilhar, aceitar ou mesmo tolerar o diferente tem limites restritos. As relações entre as pessoas são caracterizadas por processos simultâneos de integração comunitária e de fragmentação social. Na escola, os alunos são classificados e em função dessa classificação, excluídos e/ou incluídos. As diferenças são aceitas desde que mantidas a distância. Há um comportamento público de evitar o outro que, por ser diferente, provoca medo.

A princípio, na modernidade, as identidades flutuam no ar, mas certas identidades tendem a ser essencializadas. Há uma tendência a se igualar: jovem, pobre, desocupado, violento. A interação com o diferente desencadeia relações interpessoais pautadas por conflitos, confrontos e violência. O paradoxo da modernidade está, então, segundo Young (2002, p.240), na essencialização de uma identidade e na necessidade de desconstrução dessas essências.

Se a essencialização de identidades é uma forma de controle, a tolerância é outra. Permite-se que certos grupos ou indivíduos sejam tratados com condescendência, isto é, de forma paternal, porque são inferiores, infantis ou simplórios. A tolerância à diferença afirmada enquanto um ideal de paz nas relações sociais pode implicar a perpetuação de relações assimétricas. A tolerância é uma forma de tornar o controle social mais sutil. Subjacente à política de tolerância, permanecem inalteradas a discriminação e a estigmatização de comportamentos considerados inaceitáveis.

As exclusões, as violências, as discriminações por gênero, o racismo e a pobreza são disseminados. Há lugares que se pode frequentar e há outros proibidos. O trabalho precarizado e o desemprego parecem ser a única trajetória possível, aliados a um estar no mundo em que apenas os valores pessoais e o individualismo importam.

A relação da escola com as particularidades culturais dos grupos que a compõem e estão presentes nela é, assim, muitas vezes, marcada por uma violência simbólica, isto é, por uma relação de poder

na qual cada grupo procura impor seu conjunto de valores. Normas de conduta diferentes entre educadores e alunos facilitam uma manifestação cotidiana de violência no espaço escolar.

Assim, as explicações para a violência de alunos na escola não são simples: relacionam-se à forma de organização da escola, aos métodos didáticos que são empregados, aos procedimentos institucionais aplicados e ao significado que a escola assume para os alunos. Elas se relacionam também ao processo de atribuição de identidades e à sua essencialização, do mesmo modo como se relacionam à violência social que, como diz Dubet (2003; 2004), entra na escola pela pobreza, pela marginalização, pela delinquência e pelo prolongamento da idade de escolarização obrigatória – situação que é agravada pelo desemprego, pelo tráfico de drogas, pelo crime organizado, pela miséria, pela concentração de renda e desigualdades presentes na sociedade brasileira (Tavares dos Santos, 2001; Zaluar, 2004).

Nas escolas, o discurso da importância do coletivo e da formação para a cidadania predomina. Todavia, como fazer isso em uma sociedade na qual o individualismo é a regra? Ou, como pergunta Martuccelli (2001), como querer moral e ética como norteadores em uma sociedade na qual os significados devem ser construídos por cada um? A violência de jovens que acontece no âmbito escolar e fora dele está relacionada à exclusão social e à inclusão cultural, tanto material como simbólica, à falta de trabalho e à necessidade de consumo.

Enfim, cabe à escola reconhecer o desencontro entre ela e as populações excluídas, procurar construir uma escola menos estigmatizante em relação aos alunos, preservando sua dignidade. Ainda que os alunos das escolas que estudamos, em geral, só sejam encaminhados a profissões mais desqualificadas, essa trajetória não precisa ser acompanhada por um processo de estigmatização e desvalorização deles enquanto pessoas. Agir para que se construa uma relação baseada no respeito é, parece-nos, uma condição fundamental para que se possa reduzir a violência no contexto escolar e fora dela.

Referências bibliográficas

- BAUMANN, Z. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.
- _____. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.
- _____. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005a.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. A. *A construção social da realidade. Tratado de sociologia do conhecimento*. 22.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- CASTEL, R. *Las trampas de la exclusión: trabajo y utilidad social*. Buenos Aires: Topía, 2004.
- CASTRO, L. R. de. A infância como alegoria. *Arquivos brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, n.3, p.5-13, 1998.
- DUBET, F. A escola e a exclusão. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.119, p.29-45, jul. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>.
- _____. O que é uma escola justa? São Paulo: *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v.34, n.123, p.539-55, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 3.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- _____. *Vigiar e punir*. 29.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- GIDDENS, A. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.
- GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. 12.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4.ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1988.
- GOUVÊA, M. C. S. A criança de favela e seu mundo de cultura. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.86, p.48-54, ago. 1993.
- GUARESCHI, N. M. de F. et al. Pobreza, violência e trabalho: a produção de sentidos de meninos e meninas de uma favela. *Estudos de Psicologia*. Natal, v.8, n.1, p.45-53, jan./abr. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- LASCH, C. *Cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em declínio*. Rio de Janeiro: Imago, 1983.
- _____. *O mínimo eu: sobrevivência psíquica em tempos difíceis*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MACHADO, L. D. Subjetividades contemporâneas. In: MACHADO, L. D.; LAVRADOR, M. C. C.; BARROS, M. E. B. de. *Texturas de*

- psicologia*; subjetividade e política contemporânea. São Paulo: Casa do Psicólogo, p.211-29, 2002.
- MARTUCCELLI, D.; BARRERE, A. A escola entre a agonia moral e a renovação ética. *Educação e Sociedade*. Campinas, ano XXII, v.22, n.76, p. 258-77, out. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>.
- PEGORARO, J. Inseguridad y violencia en el marco del control social. In: TAVARES DOS SANTOS, J. V. (Org.). *Violências em tempo da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999, p.201-28.
- _____. Notas Sobre los jóvenes portadores de violencia juvenil en el marco de las sociedades pos-industriales. *Sociologias*. Porto Alegre, v.4, n.8, p.276-317, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>.
- SALLES, L. M. F.; SILVA, J. M. A de P. Diferenças, preconceitos e violência no âmbito escolar: algumas reflexões. *Cadernos de Educação*. (UFPEL), v.30, 2008, p.149-66.
- _____. et al. *Projeto de pesquisa e de formação de profissionais para atuar com a problemática da “violência de jovens”*. Relatório de Pesquisa, 2007 (Financiamento Fapesp).
- _____. et al. *Violência na escola: as influências do clima organizacional e das relações familiares*. Relatório de Pesquisa, 2009 (Financiamento Fapesp).
- SARTI, C. A. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- _____. *Vida urbana e identidad personal: los usos del desorden*. Barcelona: Península, 1975.
- SENNETT, R. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. 8.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- SILVA, T. T. da. (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 3.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000, p.7-72.
- TAVARES DOS SANTOS, J. V. A violência na escola: conflitualidade social e ações civilizatórias. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.27, n.1, p.105-22, jan./jun. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>.
- _____. Violências e dilemas do controle social nas sociedades da “modernidade tardia”. *Perspectiva*, São Paulo, v.18, n.1, p.3-12, mar. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>.
- VASCONCELOS, R. O narcisismo e a violência na atualidade. In BURITTY, J. A. (Org.). *Cultura e identidade: perspectivas interdisciplinares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p.161-86.

- WACQUANT, L. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001
- . *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. 3.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- WILLIS, P. *Aprendendo a ser trabalhador: escola, resistência e reprodução*. Porto Alegre: Artmed, 1988.
- YOUNG, J. *A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- . Merton com energia, Katz com estrutura. La sociología del revanchismo y la criminología de la trasgresión. *Delito y Sociedad: Revista de Ciencias Sociales*, Buenos Aires, Argentina, ano 17, n.25, p.63-88, 2008.
- ZALUAR, A. *Da revolta ao crime*. São Paulo: Moderna, 1997.
- . Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.12, n.35, fev. 1997
- . *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.